

A piedade paraguaia e a Educação brasileira

Esquecer a Educação, considerar o ensino a última das prioridades — real, não a dos discursos — costuma ter o seu preço, que a História cobra sempre com alguma crueldade. Em nosso caso, ela chegou acompanhada de muita humilhação: centenas de alunos de 15 escolas estaduais de Ponta-Porã, Mato Grosso do Sul, cruzaram a fronteira com o Paraguai para pedir àquele país amigo o ensino público que o Brasil não lhes consegue proporcionar. Depois de cinco quilômetros de caminhada, os estudantes da oitava economia do mundo ocidental (??) solicitaram ao intendente municipal paraguaio de Pedro Juan Caballero que os aceitasse em suas escolas, principalmente nas de segundo grau, porquanto nas brasileiras não existem mais professores de matemática, física etc...

O intendente paraguaio, sem qualquer ironia, prometeu estudar o assunto em respeito ao “espírito de cooperação” que sempre existiu entre os dois povos! Com certeza, a decisão da autoridade guarani fundamentou-se na evidência de que nenhuma das escolas de 2º grau da cidade brasileira dispõe de um quadro de professores completo, não só por tê-los demitido na última greve, mas por absoluta falta de pessoal capacitado, que aceite trabalhar pelo

salário que lhes é oferecido. Aos brasileiros que preferem acreditar que o problema é só de Mato Grosso do Sul, convém lembrar que São Paulo, o estado mais rico da Federação brasileira, está à procura de pelo menos oito mil professores das mesmas disciplinas que faltam em Ponta-Porã, com as aulas nas escolas da periferia da capital terminando depois de uma hora/aula, pelo simples e bom motivo de que não há mestres. Com um agravante para a sofrida população escolar paulista: estando o Paraguai muito distante, fica impossível ir até lá todos os dias à procura de Educação!

Repetir que esta situação do ensino público brasileiro resulta, principalmente, do escasso salário pago ao professor seria desnecessário. O Anuário da Unesco de 1973 colocava o Brasil em 80º lugar entre os países no que respeitava aos gastos educacionais; muito depois do Paraguai, da Nigéria, da Bolívia. Em 1988, o mesmo Anuário repetia sua pesquisa consequindo então o Brasil deixar o 80º lugar para ocupar o 88º... O salário do educador brasileiro é mera consequência dessa situação e do grau de importância que se dá ao item Educação na distribuição orçamentária. De pouco adianta o

Ministério da Educação garantir que destina 83% de seus recursos orçamentários ao pagamento de salário, uma vez que dados da Secretaria de Ensino Básico do MEC garantem que de cada 100 cruzeiros carregados à Educação 52 ficam “no meio do caminho”, para o pagamento de funcionários burocráticos, que trabalham muito longe de uma sala de aula. Nada é muito diferente em cada uma das secretarias estaduais de Educação, para que não se fale dos exemplos de São Paulo e Minas Gerais que, sem qualquer cerimônia, reduziram os gastos com Educação, apesar de tudo que determina a Constituição Federal.

A qualidade do ensino ministrado está na razão direta da preocupação que o Estado revela com Educação. Segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), a taxa média de evasão escolar brasileira, que era de 10% em 1979, evoluiu para 12,5% em 1984; os índices de repetência alcançam uma média de 54% desde a segunda série do 1º grau. Menos de 25% dos alunos chegam ao segundo grau e apenas 17% concluem o curso. Seria impossível negar a responsabilidade da competência profissional do educador para que se chegasse a números tão absurdos. Sendo o salário o que é, mui-

tos garantem que não há como cobrar eficiência desse profissional. Com um agravante: antes, era só o aluno que abandonava a escola pública porque o professor o reprovava; agora, tudo piorou, a ponto de o próprio professor abandoná-la! A situação é a mesma em Ponta-Porã, São Paulo ou Rio de Janeiro. Não há mais professores.

De tão repetitivas, as provas da falência da Educação tornaram-se dispensáveis. A piedade do intendente paraguaio talvez seja mesmo a única esperança dos estudantes de Ponta-Porã. Para o resto da clientela escolar brasileira, no entanto, não há como atravessar a Avenida Internacional; deve conformar-se com a verba destinada ao pagamento da burocracia, com as “campanhas espetaculares”, que prometem acabar “de imediato” com o analfabetismo, construir um Ciep em cada esquina, ou o que é pior: a convivência com o slogan “É fácil melhorar o ensino, basta facilitar o exame vestibular!” O novo Plano Nacional de Educação já tem definidas estas metas para a Educação brasileira. Caso o intendente paraguaio queira mesmo “cooperar”, só nos resta invejar a sorte dos estudantes de Ponta-Porã. Para esses brasileiros, moradores em nossas fronteiras, existe agora alguma esperança de futuro.